

Novo modelo para o setor elétrico espera decisão

Seguem na pauta do Plenário os dois projetos de lei de conversão (PLVs) que estabelecem as novas regras para o setor elétrico. Os projetos modificam duas medidas provisórias (MPs 144/03 e 145/03). Conforme explicou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, negocia mudanças nos projetos com os relatores, Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho. Ainda no dia 17, os líderes partidários anunciaram que as matérias só seriam votadas após o carnaval. Apesar de conter mais de 120 emendas apresentadas pelos deputados, os PLVs não alteram substancialmente o modelo do sistema elétrico proposto pelo governo. Uma das inovações sugeridas pelo Executivo é a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucederá o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAEE) no controle das operações de compra e venda do serviço. A nova câmara será regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Fica estabelecida ainda a adoção do critério de menor tarifa para a escolha de nova empresa geradora e transfere ao governo o poder regulamentador, tarefa até então desempenhada pela Aneel.

Debate sobre transgênicos chega ao Senado

Comissão de Assuntos Sociais define nesta semana a lista dos especialistas que serão convidados a debater o projeto de Lei de Biossegurança. Proposta do Executivo já foi aprovada pela Câmara dos Deputados

Páginas 4 e 5



Mesquita Júnior: bancos lucram muito e povo passa fome

Senador observa que presidente Lula pode ter contribuído “involuntariamente” para que “espetáculo do crescimento” prometido por ele tenha beneficiado até agora principalmente os bancos.

Página 7

Lobão diz que governo não tem programa para área social

Afirmando que votou em Lula e torce para que o governo dê certo, Edison Lobão aponta “série de equívocos”. Conforme o senador, governo não tem um programa social destinado a melhorar a vida do povo.

Página 7

Comissão analisa suspeita de espionagem contra Antero

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência deve se reunir quarta-feira para examinar denúncia de espionagem supostamente realizada pela Abin contra o senador Antero de Barros.

Página 6

SERYS SLHESSARENKO



Célio Azevedo

Mais recursos para combater violência contra as mulheres

Página 3

Cidadania mostra direitos de portador de Aids

Além dos direitos de doentes, o especial de hoje apresenta informações que ajudam na prevenção

MARCELO CRIVELLA



Gerardo Magalhães

Trabalho escravo pode tornar-se crime hediondo

Página 3



PRODUÇÃO Segundo Jucá, empresa poderá tornar o país auto-suficiente em petróleo

Desempenho da Petrobras é exemplo ao país, destaca Jucá

Ao celebrar os 50 anos de existência da Petrobras, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que, apesar do ceticismo dos críticos, quando da criação da empresa pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1953, a estatal é hoje reconhecida em todo o mundo. Ela se destaca como pioneira na exploração de petróleo em águas profundas, tecnologia que ajudará a tornar o Brasil auto-suficiente em petróleo até 2006.

—A Petrobras constitui um orgulho nacional. Esperemos que, neste rumo em direção ao futuro, a empresa continue a estabelecer o padrão de qualidade e de competitividade em que poderão se mirar todos os ramos da atividade empresarial brasileira — afirmou Jucá.

O senador elogiou a publicação pela revista *Exame*, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), da edição especial intitulada “Petrobras 50 anos – rumo ao futuro”. A seu ver, a publicação permite a todo brasileiro compreender a dimensão das realizações da Petrobras e a importância da empresa para o desenvolvimento do país.

Comissão vota pedidos de audiências públicas

■ Convocação do presidente da Petrobras está entre os requerimentos a serem examinados pela CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai discutir amanhã, a partir das 14h30, requerimento de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) convocando audiência pública com a presença do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, para prestar esclarecimentos sobre campanha publicitária realizada pela empresa relativa às plataformas P-51 e P-52.

Também será examinado re-



RECURSOS José Jorge quer esclarecer gastos com divulgação das plataformas P-51 e P-52

querimento de Ideli Salvatti, (PT-SC) que quer ouvir Ildo Luiz Sauer, diretor de Gás e Energia da Petrobras, sobre o

Plano de Massificação do Uso de Gás Natural no Brasil. Outros dois requerimentos, dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge, estão na pauta da comissão com o objetivo de convocar o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

O colegiado analisa ainda requerimentos de audiência dos senadores Paulo Octávio (PFL-DF), para debater os comitês de bacias hidrográficas, e Marcelo Crivella (PL-RJ), sobre propostas apresentadas pelos negociadores da fusão Varig/Tam.



EXPORTAÇÃO Para Luiz Otávio, fécula de mandioca tem grande potencial de mercado

Luiz Otávio elogia apoio à produção de mandioca

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou a decisão do governo federal de incentivar a produção de fécula de mandioca no Pará. Ele acredita que organizações como a Câmara da Mandioca, instalada no Pará pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, na última semana, podem transformar o estado e o Brasil em um grande produtor de fécula.

Luiz Otávio disse que a fécula de mandioca é um insumo que vem sendo consumido em todo o mundo, inclusive na prospecção de petróleo, como forma de proteger caros equipamentos usados nessa atividade. Segundo o parlamentar, o Brasil precisa se organizar, formar cooperativas, visando dar “um grande passo” na produção da mandioca para exportação.

— Sempre usamos no Pará a mandioca para consumo local. Hoje, a fécula até substitui o trigo na confecção do pão. A disseminação de seu uso terá o poder de transformar a sociedade paraense, aumentará a renda familiar e gerará empregos — opinou Luiz Otávio.

O senador acredita que o incentivo à produção de mandioca pode inclusive solucionar o problema do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no estado, uma vez que há no Pará “milhares de quilômetros quadrados de terras degradadas, sem utilidade” e que poderiam ser usadas para o plantio da mandioca por pessoas que precisam de locais para praticar a agricultura.

Luiz Otávio afirmou ainda ser necessário confiar no governo Lula e em seus ministros. Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse ser “encantado” pelo Pará, e observou que o Maranhão é um estado irmão, já tendo inclusive ambos formado uma única entidade federativa.

Agenda

Novo modelo elétrico volta a ser discutido amanhã

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa. Amanhã os senadores retomam o debate dos dois projetos que estabelecem o novo modelo elétrico. O primeiro (PLV 1/04) muda as regras de comercialização de energia e o segundo (PLV 2/04) cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Recursos do FAT para financiar curso superior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, às 10h, projeto (PLS 52/03) que permite o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento de cursos superiores. O colegiado vota ainda proposta (PLS 174/03) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace).



Relatório do PPA

Amanhã, às 14h30, Sibá Machado (PT-AC) apresenta seu relatório ao projeto do Plano Plurianual 2004-2007 na Comissão Mista do Orçamento (CMO). Ele foi nomeado relator da proposta após a rejeição do parecer de Roberto Saturnino (PT-RJ).

Audiência discute Abin

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) reúne-se na quarta-feira para analisar requerimentos solicitando audiências públicas com o objetivo de discutir as atribuições da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Tourinho sugere suspensão do sigilo da carta de presos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar em caráter conclusivo projeto de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que suspende o direito à privacidade na correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

De acordo com Tourinho, a aprovação do projeto (PLS 11/04) dotará a sociedade brasileira de mais um meio de defesa no combate ao crime comandado de dentro dos presídios, com o fortalecimento do Estado.

– São casos notórios a gestão do tráfico de drogas e de armas



Moreira Mariz

FACILIDADE Tourinho lembra gestão do tráfico de drogas e armas a partir dos presídios

a partir dos complexos de Bangu, no Rio de Janeiro, as incursões extramuros do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, e, mais recentemente, as orientações para o tráfico internacional de drogas dadas por um dos maiores traficantes do país, Fernandinho Beira-Mar – argumenta o senador.

penas que vão de oito a 30 anos de prisão. Hoje, são considerados crimes hediondos o latrocínio, a extorsão qualificada pela morte, seqüestro, atentado violento ao pudor, epidemia provocada, envenenamento de água potável, de substâncias alimentícias ou remédios, adulteração de produto com fins terapêuticos ou medicinais, genocídio, terrorismo e tráfico de drogas.

Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça ou indulto, fiança e liberdade provisória, e as penas devem ser cumpridas integralmente, em regime fechado. Crivella explica, na justificativa do PLS 9/04, que o trabalho escravo ocorre no Brasil “em números que impressionam tanto quanto a gravidade da aviltante prática criminosa”.

O senador citou dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, relativos a 2003. De janeiro a setembro, foram 229 denúncias, envolvendo 7.623 pessoas, somente nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.



Célio Azevedo

PENA SEVERA Crivella propõe até 30 anos de prisão para quem explorar mão-de-obra forçada

Crivella defende pena rigorosa para o trabalho escravo

Projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RR) que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) torna crime hediondo a exploração de trabalho escravo no Brasil, com

Serys quer ampliar combate à violência contra a mulher

■ Senadora defende maior número de delegacias no país para apurar denúncias de maus-tratos

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou ser fundamental zelar pela garantia de repasse dos recursos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Geral da União para os programas que visem prevenir e eliminar a violência contra a mulher. Ela também pediu o fortalecimento das delegacias especializadas no atendimento à mulher, pois considera ser esse um dos aspectos essenciais para dar sentido prático ao Ano Nacional da Mulher, lançado dia 17 passado, no Congresso.

Ela dirigiu apelo à Mesa do Senado para que seja efetivada a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Questões de Gênero, conforme projeto de sua autoria já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo disse, a iniciativa constituirá foro privilegiado para a discussão da violência contra a mulher.

Serys Slhessarenko assinalou ter sido alertada para levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado recentemente, que coloca Mato Grosso entre os três estados em pior posição no tocante à morte violenta de mulheres no país. Isso se deve, segundo ressaltou, ao fato de seu estado ser, juntamente com outros do Centro-Oeste, um dos que menos recebe investimentos em ações de prevenção e de educação contra a violência de gênero.

País tem poucas delegacias de atendimento à mulher

Apesar da campanha pelos direitos das mulheres ter tomado força no país nos anos 80, a criação de delegacias especializadas, uma das bandeiras de luta do movimento feminista, ficou restrita às grandes cidades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 7,3% dos 5.560 municípios brasileiros possuem delegacias da mulher. No Distrito Federal, por exemplo, que abriga 2,2 milhões de habitantes, existe apenas uma dessas unidades. Veja abaixo a divisão das delegacias por região:

Região	Municípios com delegacias da mulher
Norte	35
Nordeste	50
Centro-Oeste	26
Sul	81
Sudeste	212
Brasil	404

Fonte: IBGE

Fato ilustrativo dessa realidade, argumentou, é a enorme carência de delegacias e de postos policiais qualificados para o atendimento à mulher no estado. “Essas delegacias especializadas são órgãos importantíssimos, pois, sem elas, muitas mulheres, constrangidas, deixam de denunciar maus-tratos e atos de violência”, assinalou.

Dados alarmantes

Apesar de o Brasil ser signatário de vários atos internacionais, ponderou Serys, as estatísticas relativas às mulheres continuam alarmantes. Segundo dados da Sociedade Mundial de Vitimologia, informada a senadora, 23% das mulheres brasileiras se encontram sujeitas à violência doméstica.

Segundo a senadora, estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima que os custos da violência



José Cruz

AUMENTO Serys adverte para estatísticas sobre casos de agressão à mulher no Brasil

na América Latina representam 14,29% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região. Esses dados, em sua avaliação, podem estar subestimados, uma vez que muitas mulheres deixam de denunciar agressões.

Suassuna propõe punição para menor reincidente

A fim de coibir a prática de crimes por adolescentes, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou o projeto que torna penalmente imputáveis os maiores de 16 anos reincidentes. Com a iniciativa, ele espera traduzir o sentimento da sociedade, em sua opinião atemorizada com os sucessivos crimes praticados por adolescentes. O projeto vai ser examinado, em decisão terminativa,

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– A proposição busca fixar a inimputabilidade penal em termos mais razoáveis, introduzindo uma regra especial que permite a punição dos maiores de 16 anos que reincidirem na prática de homicídio ou dos crimes definidos como hediondos – latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro, homicídio

qualificado, atentado violento ao pudor”, argumenta o senador na justificativa do projeto.

Suassuna alega que, como obra jurídica localizada no tempo, o Código Penal em vigor foi idealizado para uma sociedade muito diferente da atual. Ele afirma que hoje vivemos numa realidade de pleno acesso à informação, que possibilita o gozo de inúmeros direitos por

parte dos maiores de 16 anos, como, por exemplo, o direito ao voto.

– Os maiores de 16 anos são detentores de direitos, obrigações e responsabilidades, e isso de forma crescente. A fixação da maioridade penal somente a partir dos 18 anos, como critério absoluto, mostra-se uma regra profundamente anacrônica, além de não atender à demanda social por segurança pública.



Roosevelt Pinheiro



Projeto que muda regras para organismos geneticamente modificados será debatido em audiências com especialistas. A matéria terá votação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais e será examinada também pela CE e CCJ. A oposição deve apresentar emendas para quebrar o poder de veto do Ministério do Meio Ambiente sobre o plantio de transgênicos

Senado examina nova Lei de Biossegurança

O projeto que trata da Lei de Biossegurança, já aprovado pela Câmara dos Deputados, será debatido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em diversas audiências públicas com especialistas do setor. A matéria será votada em decisão terminativa na CAS, depois de passar pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE).

O projeto de lei (PLC 9/04), de iniciativa do Executivo, estabelece uma série de normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvem organismos geneticamente modificados (OGMs); cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNB) e faz uma completa reestruturação na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio).

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a importância do projeto e informou que nesta semana será definida a lista dos especialistas que deverão debater o assunto em audiências públicas na comissão.

Lúcia Vânia leu, durante sessão da comissão, carta enviada por representantes do Centro de Tratamento e Pesquisa Hos-



SEGURANÇA Papel da CTNbio deve mobilizar ambientalistas e agronegócio, que querem liberdade para cultivar transgênicos

pital do Câncer, com sede em São Paulo, que se manifestaram dispostos a contribuir para o aperfeiçoamento do projeto. Para o presidente da entidade, Ricardo Renzo Brentani, a biotecnologia é importante no desenvolvimento da ciência e para o avanço de metodologias que têm impacto direto no combate ao câncer.

O presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), decidiu incluir a discussão do projeto de lei também na comissão por considerar que a política envolvendo os produtos geneticamente modificados é um assunto "regimentalmente pertinente à comissão", que tem entre suas atribuições o apoio e estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias. A CE, segundo informou, está articulando com as três outras comissões que irão analisar o projeto para que as audiências públicas sejam conjuntas.

A proposta do Executivo enfrenta grande polêmica que envolve, em especial, as atribuições da CTNbio, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), já adiantou que os opositoristas

querem alterar o projeto e encaminhou ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pedido de informações sobre a matéria.

Embates

Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que os esforços serão para manter o texto da Câmara inalterado, mas essa posição esbarra na reação de senadores, entre eles Jonas Pinheiro (PFL-MT), ligado aos ruralistas.

– A proposta aprovada não atende às expectativas dos cientistas, que estão preocupados com a paralisação das pesquisas diante do longo caminho a percorrer, e também desagradada à área de biotecnologia, já que a Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia, de acordo com o projeto, não terá autonomia para aprovar o plantio e a comercialização de produtos geneticamente modificados – afirma Pinheiro.

Ele defende, também, a realização de audiências, para que depois seja elaborado substitutivo do Senado que possa representar, segundo ele, "um equilíbrio entre as posições dos ambientalistas e dos pesquisadores e o setor de agronegócios".

Polêmica sobre o controle do plantio e da venda de transgênicos

O projeto de lei aprovado na Câmara representou uma vitória dos ambientalistas, que conseguiram manter no texto o poder de veto do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde. No entanto, o Ministério da Agricultura, os setores ligados à pesquisa e os ruralistas querem modificar o texto, para garantir que a CTNbio passe a ter a palavra final nas autorizações de plantio, comercialização e pesquisas envolvendo OGMs (no projeto, essa prerrogativa foi dada à comissão somente para pesquisas).

Foi principalmente para solucionar esse conflito de competência que o governo elaborou o projeto de biossegurança, já que a legislação existente desde 1995 dá margem a questionamentos jurídicos.

O projeto do Executivo che-

gou ao Congresso no fim do ano passado. Na Comissão Especial de Biossegurança teve como relator o atual ministro de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Em seu substitutivo, Rebelo modificou a proposta, assegurando à CTNbio poder para decidir sobre o plantio, a comercialização e a pesquisa, como queria a bancada ruralista.

Com a nomeação de Rebelo para o ministério, o novo relator, Renildo Calheiros (PCdoB-PE), após complicada negociação com os deputados da base aliada, conseguiu fechar um acordo mínimo para a aprovação da matéria. O texto aprovado voltou a incluir a necessidade do crivo dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde para o licenciamento de OGMs.

A pressão da bancada evangélica também acabou provocando mudanças no projeto. Os evangélicos ameaçaram votar contra a proposta caso não fosse vetada a manipulação de embriões humanos para fim de clonagem terapêutica, conforme previa o relatório de Rebelo. Nas negociações finais eles ganharam o apoio dos católicos, representados pela Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Conforme o texto aprovado, as células-tronco só poderão ser obtidas de cordões umbilicais, medula óssea e sangue, ficando proibido o uso de embriões humanos.

O senador Flávio Arns (PT-PR) acredita que o assunto é de vital importância dentro da nova lei de biossegurança por tratar da ética do setor. Ele ob-

servou que já existe o "uso indiscriminado" de embriões humanos, situação que ele considera perigosa.

– É necessário que a nova lei preserve o ser humano – alertou Flávio Arns, ao reconhecer, entretanto, que o setor de biossegurança não é uma matéria fácil de ser discutida já que envolve "fortes interesses econômicos".

Glossário

Lei de Biossegurança – Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização, produção, manipulação, venda, pesquisa e consumo de organismos geneticamente modificados (OGMs). A lei, que é de 1995, será revogada quando o projeto for aprovado.

Princípio da precaução – É o que prevê o artigo 255, inciso IV, da Constituição, que exige, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental. O licenciamento ambiental é dado pelo Ibama. No caso de risco para a saúde humana, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conceder o licenciamento.

Organismo geneticamente modificado (OGM) – Produto cujo código genético é alterado por meio de manipulações para lhe dar novas características.

Células-tronco – Têm o poder de se transformar em células especializadas do corpo e por isso são usadas em pesquisas com o objetivo de reconstituir órgãos e tecidos danificados.

Polêmica começou quando agricultores gaúchos plantaram, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, soja transgênica desenvolvida pela multinacional Monsanto, que detém a patente do produto. Na tentativa de dirimir dúvidas jurídicas, governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que está em exame no Senado



Texto em vigor dá margem a conflitos jurídicos

Em 1995 foi aprovada a Lei de Biossegurança (8.974/95) que estabeleceu critérios para o cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, liberação e descarte de organismos geneticamente modificados (OGMs). A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) foi criada no ano seguinte.

A polêmica teve início quando agricultores do Rio Grande do Sul começaram a plantar soja transgênica produzida pela empresa multinacional Monsanto, que detém a patente do produto, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina. Nessa ocasião, a empresa pediu à CTNbio liberação do cultivo comercial da variedade de soja Roundup Ready, desenvolvida geneticamente.

Em 1999, a Justiça Federal de Brasília proibiu a comercialização da soja modificada sem es-

tudo prévio de impacto ambiental, com base no artigo 225 da Constituição, que obriga o poder público a exigir esse tipo de estudo antes de aprovar o uso de organismos potencialmente danosos ao meio ambiente.

Embora houvesse decisão judicial sobre a questão, os agricultores continuaram a plantar a soja modificada. Diante da pressão dos produtores, o governo editou no ano passado duas medidas provisórias: a MP 113/03, que permitiu comercializar a safra de 2002/2003, e a MP 131/03 que autorizou o plantio de sementes que estavam estocadas.

Ainda em 2003, a desembargadora Selene Maria Almeida, do Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília, concedeu efeito suspensivo à decisão da Justiça Federal que proibia a comercialização da soja. A me-

didada foi contestada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Nicolao Dino, com base em decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que determina a realização de estudo de impacto ambiental para OGMs.

As medidas provisórias editadas pelo governo e depois convertidas em lei motivaram o ingresso de inúmeras ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) no Supremo Tribunal Federal (STF), entre elas, do Partido Verde e do Greenpeace. No dia 12 de janeiro, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, também apelou para o STF contra as MPs, argumentando que a lei desrespeitava ações judiciais em vigor.

O governo, na tentativa de dirimir dúvidas jurídicas, enviou ao Congresso no fim do ano passado o projeto de lei, que foi aprovado na Câmara e agora tramita no Senado.

Principais pontos do projeto aprovado na Câmara dos Deputados

Cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 15 membros, para formular e implementar a Política Nacional de Biossegurança (PNB)

A CTNbio, órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passa a contar com representantes da sociedade civil e do setor empresarial. Serão 27 membros (hoje são 18). Seis integrantes serão escolhidos a partir de listas triplas elaboradas pela sociedade civil

Dá autonomia à CTNbio para autorizar pesquisas com transgênicos. Para o plantio e comercialização de OGMs será necessário licenciamento ambiental pelos Ministérios do Meio Ambiente (no caso de risco ambiental) e da Saúde (quando houver ameaça à saúde humana). Na falta de entendimento entre esses setores, será ouvido o Conselho Nacional de Biossegurança

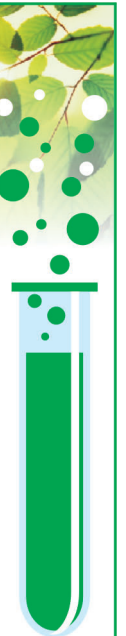
Prorroga por um ano a Lei 10.814/03, que liberou o plantio e a comercialização da safra de soja transgênica 2003/2004

As infrações à futura lei serão punidas com advertência, apreensão do OGM, suspensão de licença ou registro. Poderá ser aplicada multa entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão

Fica proibida a clonagem humana e uso de embriões para se obterem células-tronco para pesquisa, assim como a manipulação genética de espermatozoides e óvulos

Exige a rotulagem de produtos que sejam ou contenham ingredientes geneticamente modificados, tanto para consumo humano quanto animal

Os ministérios terão prazo de 120 dias para se pronunciar sobre o parecer da CTNbio, evitando assim a morosidade no julgamento dos pedidos



Geraldo Magela



OPORTUNIDADE Físico apela a Sarney e diz que biotecnologia é janela para o Brasil

Proposta preocupa cientistas

O físico José Fernando Perez, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), manifestou ao presidente do Senado, José Sarney, a preocupação da comunidade científica com o projeto aprovado na Câmara dos Deputados.

– Vim solicitar a atenção do presidente para que a comunidade científica seja ouvida, de forma que a lei reflita todo o potencial que o país tem para competir

na área de biotecnologia.

O físico disse que, seja para fazer pesquisa científica e tecnológica ou para gerar riquezas, a biotecnologia é uma janela de oportunidades para o Brasil.

– Nós queremos competir com o mundo inteiro e não podemos ter uma legislação que iniba tanto o nosso desenvolvimento em pesquisa em ambiente acadêmico, como a que é feita em ambiente empresarial.

Raupp: não há evidência de que transgênico prejudique saúde

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a utilização da biotecnologia para o desenvolvimento de produtos agrícolas geneticamente modificados no país. De acordo com o senador, não existe nenhuma evidência de que as variedades geneticamente alteradas já em estudo por mais de 12 anos e em cultivo por mais de oito anos em outros países façam mal à saúde humana ou ao meio ambiente.

– Os resultados, na verdade, indicam o contrário. Muitas dessas variedades são mais saudáveis para a alimentação e seguras para o meio ambiente.

Raupp destacou que, após o desenvolvimento, a nova variedade é submetida a exames laboratoriais, em que é analisada a composição química de um grande número de seus componentes. Caso seja considerada segura, ela é submeti-



Raupp afirma que variedades transgênicas podem reduzir uso de agrotóxicos

da a testes em condições controladas, depois é testada em campo sob a supervisão dos órgãos competentes e só então é liberada para consumo humano.

– A ofensiva ambientalista contra os transgênicos é incoerente, uma vez que as variedades geneticamente modificadas atualmente disponíveis, resistentes a pragas e doenças, contribuem para a redução no uso de defensivos agrícolas. A ado-

ção dessas variedades em outros países resultou em marcante queda no volume de pesticidas aplicados nas lavouras, resultando em menor poluição ambiental e menos resíduos nos alimentos. Isso ajuda a entender a justificativa de algumas indústrias de defensivos, que não atuam em biotecnologia, para apoiarem algumas ONGs contrárias às variedades geneticamente modificadas – concluiu.

Serys pede cuidado com preconceitos e ataques gratuitos

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ter “irrestrita confiança” no ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, durante discurso feito no Plenário. A manifestação da senadora foi feita em razão das denúncias envolvendo o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares daquela pasta, Waldomiro Diniz, e que estão suscitando comentários sobre a necessidade de o ministro deixar o cargo até que sejam apuradas as irregularidades apontadas.

– O companheiro José Dirceu é um cidadão que lutou a vida toda pelo estado democrático de direito. Poucos lutaram e sofreram tanto para que retomássemos a democracia – disse ela.

Serys afirmou que o país vive “um momento grande” e que é intenso o desejo de tornar as instituições livres da corrupção, mas assinalou ser necessário ter muito cuidado com os ataques gratuitos e ilações preconceituosas. “Dirceu é um ministro que muita orgulha o PT”, con-

cluiu a senadora.

Estradas

Serys Slhessarenko cobrou empenho do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), na recuperação das estradas estaduais e colaboração igual nas federais. Ela disse haver indícios de que o governo estadual esteja estimulando a paralisação de alguns trechos de rodovias federais que cortam o estado.

Segundo a senadora, há alguns dias chegaram a ser distribuídas cestas básicas para caminhoneiros que,

em protesto, paralisaram pelas condições das estradas.

Serys Slhessarenko reconhece as condições precárias das rodovias federais, mas ressaltou que o governo federal está envidando todos os esforços para a recuperação dessas rodovias.

Ela lembrou, no entanto, que há cerca de 20 dias as empresas de manutenção estão acampadas na beira das estradas e não conseguem realizar um conserto em razão das chuvas intermitentes.



INVESTIGAÇÃO Eduardo Azeredo adverte que governo está tentando fugir da CPI

Comissão analisa suspeita de espionagem contra Antero

■ Chefe do Gabinete de Segurança Institucional vai à Comissão Mista de Inteligência para falar sobre o caso

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) deve se reunir no próximo dia 3 de março, às 18h30, para analisar denúncia de espionagem realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e o subprocurador-geral da República José Roberto Santoro.

Essa suspeita levou Antero a apresentar requerimento solicitando a vinda ao Senado do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ge-



DESCONFIANÇA Antero quer explicações sobre a competência da agência

neral Jorge Armando Félix.

Armando Félix deverá se pronunciar, ao lado da diretora-geral da Abin, Marisa Del'Isola Diniz, sobre o Decreto 4.693/03, que redefine as competências da agência. A presença dessas autoridades perante a

CCAI foi objeto de requerimentos não só de Antero, mas também do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), incluídos na pauta da reunião.

A solicitação do senador por Mato Grosso foi motivada por reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. A matéria comenta a ida de Antero à residência do subprocurador, de onde teria saído de madrugada, após tratar de assuntos de interesse do PSDB, e despertou no parlamentar a suspeita de estar sendo seguido. Movidos por essa desconfiança, os dois senadores tucanos insinuaram a participação de integrantes do atual governo na espionagem.

Encontro

A informação de que o ex-subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz teria se encontrado mais de uma vez, em 2003, com o bicheiro Carlos

Cachoeira, veiculada pela jornalista Dora Kramer em sua coluna “Coisas da política”, do *Jornal do Brasil*, torna sem fundamento, conforme o senador Antero Paes de Barros, o argumento de que teriam ocorrido apenas antes da posse do atual governo as negociações entre o bicheiro e o antigo colaborador do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O senador pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo de Dora Kramer, segundo o qual o Ministério Público, embora ainda investigue o motivo, já teria provas de que, durante o ano passado, Waldomiro Diniz teria se encontrado mais de uma vez com Carlos Cachoeira. A jornalista registra que os procuradores buscam detalhes sobre a movimentação de Diniz na área de bingos e loterias.

Líder do PSDB afirma que momento político não permite “camuflagens”

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao comentar as denúncias contra o ex-subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares, Waldomiro Diniz, afirmou ser estranho que o governo e o PT queiram seguir a mesma receita dos tempos da ditadura e coloquem em marcha a “operação abafa” do caso.

Para o líder do PSDB, o governo federal e o PT se esquecem de que o país vive outros tempos, “que já não permitem camuflagens como essa”.

Segundo o senador Arthur

Virgílio, para evitar uma investigação mais ampla, pelo Parlamento, “desse que é um dos maiores escândalos da República”, o Palácio do Planalto “armou-se até os dentes” e mandou que o próprio ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fosse ao Congresso Nacional, instalasse um palanque no Salão Negro do Senado e ali dissesse: “O caso está encerrado”.

O senador pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de editorial de *O Estado de S. Paulo*, edição do último dia 17, em

que o jornal adverte o governo de que é preciso apurar as denúncias.

Arthur Virgílio quer ainda a transcrição do artigo intitulado “Cumprir fazer-se justiça”, do presidente do Conselho Consultivo do Condomínio dos Associados, Hindemburgo Pereira-Diniz, publicado no último dia 15 no jornal *Estado de Minas*, que solicita urgência na apuração das denúncias.

Também nos Anais do Senado, o parlamentar pediu a transcrição de matéria publicada no jornal *O Estado de S.*



CRÍTICAS Virgílio diz que caso Waldomiro é um dos “maiores escândalos da República”

Paulo sobre “Privatização da Embrapa assusta cientistas”. Segundo Arthur Virgílio, a empresa está ameaçada de sucateamento e de perder a relevância conquistada pelo trabalho de seus cientistas.

Azeredo quer saber o que está por trás das denúncias

Com base em artigos publicados no *Jornal do Brasil* de quarta-feira, dia 18, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a importância de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar os fatos relacionados às denúncias contra Waldomiro Diniz.

– Os artigos mostram que não se sabe muito bem ainda o que se esconde por trás dessas denúncias do escândalo que contamina o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A CPI, com presença atuante da oposição, seria um bom lugar para apurar os fatos – ponderou Azeredo.

Em um dos artigos, o jornalista Villas-Bôas Corrêa lamenta que o governo do presidente Lula esteja tentando fugir da CPI para apurar as irregularidades, “tropeçando em incorreções éticas”.

Os argumentos apresentados pelo governo para que não haja CPI, afirma o jornalista, pioram a sua situação.

– Trata-se de uma jogada perigosa. Pois nem o governo, nem ninguém, além da dupla de vigaristas (Waldomiro Diniz e o empresário do jogo Carlinhos Cachoeira), sabe o que se esconde por trás das primeiras revelações. Só uma CPI teria condições de levantar o histórico da atuação de Waldomiro nos anos de íntima convivência com governos – observou.

O ex-deputado e jornalista Milton Temer, também em artigo, questionou: “No balanço de perdas e ganhos, José Dirceu está no limbo. Para a guinada do PT se tornar irreversível, não seria bom que Dirceu fosse fritado no fim de semana?”



PREJUÍZO Lúcia Vânia afirma que processos atuais impedem recuperação da empresa

Lúcia Vânia elogia projeto da nova Lei de Falências

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou o projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03), pois, segundo ela, deverá corrigir todos os defeitos da legislação em vigor, que torna impossível a recuperação de empresas em dificuldades e prejudica os credores e trabalhadores da empresa falida. “O projeto segue a tendência internacional de recuperar a empresa em dificuldades, criando uma assembléia de credores, que deverá aprovar um plano de recuperação empresarial”, disse a senadora.

Lúcia Vânia afirmou que os processos de falência atuais depreciam os ativos da empresa falida e causam grandes prejuízos aos credores, aos empregados e à sociedade, citando o exemplo da Parmalat, que, conforme destacou, poderá desencadear uma total desarticulação da produção de leite no país. “As atuais regras tributárias também dificultam demais a venda das unidades produtivas empresariais e inviabilizam o recebimento das dívidas pelos credores, pois o fisco tem a prioridade e dificilmente sobra alguma coisa”, explicou.

Ela apontou também como ponto positivo do projeto em análise pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a suspensão das ações de cobrança de dívidas da empresa no período que vai entre o pedido de socorro e a aprovação do plano de recuperação pela assembléia de credores, o que permite à empresa continuar operando. “São também aspectos importantes a prioridade para venda em bloco da empresa falida e a extinção da figura da concordata”, avaliou.

Banco lucra e povo passa fome, diz Mesquita Júnior

“As elites deste país puderam festejar e pular o carnaval felizes da vida”, ressalta o senador

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse, em Plenário, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá ter “involuntariamente” contribuído para que o espetáculo de crescimento prometido por ele no início do governo tenha beneficiado até agora principalmente os bancos, que apresentaram grandes lucros nos balanços que acabam de ser divulgados.

– As elites deste país puderam festejar e pular o carnaval felizes da vida, pois conseguiram um tento fantástico, de transferir do trabalhador brasileiro um volume fantástico de dinheiro, como nunca se viu – afirmou Mesquita Júnior.

O senador observou que Lula, “eleito com votação expressiva”, teria recebido um dever de casa da comunidade financeira internacional, que tentou



HOMENAGEM Mesquita Júnior considera o MST “um exemplo de dignidade e de obstinação”

cumprir. Mas ressaltou que o presidente recebeu outro dever de casa, este do povo brasileiro, para garantir melhores condições de vida à população. Por isso, recomendou, o governo deveria colocar a máquina pública à disposição do atendimento das necessidades objetivas da sociedade.

– O cidadão quer saneamento na frente de sua casa, quer participar do processo produtivo, quer os filhos na escola e atendimento em postos de saú-

de, sem precisar ser humilhado durante 12 horas na fila – enumerou o senador.

MST

Mesquita Júnior prestou homenagem aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo vigésimo aniversário foi celebrado em sessão especial da Câmara dos Deputados, na última quinta-feira. Na sua opinião, o MST pode ser considerado “um exemplo de dignidade e de obstinação”.

– Tenho admiração por essas pessoas, que há 20 anos já vislumbravam que, sem resolver a questão mais do que secular da distribuição de terra, que é de uma injustiça tão gritante, não conseguiremos dar um passo decisivo no rumo da construção de um país justo.

O senador afirmou que a situação do Brasil é a de uma “democracia de miseráveis”, onde existe fome e os bancos publicam balanços com os maiores lucros da história. A seu ver, as próprias supersafras agrícolas acabam beneficiando apenas uma pequena parcela da população que vive no campo.

Para Lobão, governo Lula cometeu vários equívocos na área social

Apesar de informar que votou em Lula e torce para que este governo dê certo, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apontou, em discurso no Plenário, uma “série de equívocos” cometidos pelo governo federal ao longo desses últimos 12 meses, a começar pela ausência de um programa social destinado a dar melhores condições de vida ao povo brasileiro e que, observou o senador, foi fartamente discutido e tomou conta da campanha do candidato do PT nas últimas eleições.

– Na economia, até que este governo está indo bem, porque teve a competência de evitar algo trágico que poderia ocorrer. Mas é bom lembrar que a atual equipe econômica fez exatamente aquilo que o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso realizou para retirar o país de um imi-



PROMESSA Edison Lobão espera que governo promova reforma agrária e paz no campo

nente caos econômico – salientou Edison Lobão, para quem o próprio Fome Zero, “um belo programa”, não conseguiu decolar.

Lobão também estranhou que o governo não tenha concedido um aumento no salário mínimo destinado a alcançar o patamar de US\$ 100. Ele observou que quando o PT estava na oposição defendia esse reajuste. E chegou à conclusão, por-

tanto, de que o discurso proferido pelo PT na campanha eleitoral “era falso e enganador”.

O senador pelo Maranhão também criticou a complacência do governo com relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para Lobão, as invasões já se tornaram uma rotina em todo o país e vêm ocasionando desordem no campo e um desestímulo para quem produz. Ele também pediu uma ação efetiva por parte do governo no sentido de realizar a reforma agrária, de forma pacífica.

– Quando fui governador do Maranhão, distribuí 25 mil títulos de terras aos trabalhadores rurais, além de facilitar o acesso a sementes, máquinas e equipamentos agrícolas – lembrou Lobão, ao cobrar do governo que cumpra o que prometeu: a reforma agrária e a paz no campo.



CRITÉRIO Paim espera que reajuste do mínimo valha para benefícios da Previdência

Paim insiste no aumento do salário mínimo para R\$ 310

Os debates sobre o aumento do salário mínimo devem ser retomados esta semana. O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou, no Plenário, que irá apresentar requerimento de urgência para o seu projeto de lei, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que garante ganho real de R\$ 0,20 por hora ao mínimo, além do reajuste pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Pelo projeto, o salário mínimo passaria dos atuais R\$ 240 para R\$ 310 no dia 1º de maio.

Segundo o senador, o projeto, que foi elaborado com o apoio das entidades sindicais, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O critério de atualização do mínimo, observou, serviria também para o aumento dos benefícios da Previdência Social. Paim lembrou que, com o Estatuto do Idoso, a data-base para o reajuste dos aposentados e dos pensionistas volta a ser 1º de maio, beneficiando 22 milhões de brasileiros.

Paulo Paim também pediu que a votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 6/03) seja agilizada. No seu pronunciamento, informou que encaminhou como sugestão ao relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), cópia da lei aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo que garante instalações telefônicas apropriadas para os deficientes auditivos na capital paulista.

O senador ainda destacou a realização da XXV Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul (RS), sua cidade natal, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Exame permite tratamento e protege mães

O teste que detecta a existência do vírus HIV no organismo pode ser feito anonimamente e de forma gratuita na rede de saúde pública. Estimativas do Ministério da Saúde (MS) indicam que cerca de 400 mil brasileiros não sabem de sua condição sorológica. A descoberta precoce do vírus impede a contaminação involuntária de outras pessoas, ajuda que mães gestantes não transmitam o HIV aos filhos e permite o tratamento da pessoa infectada.

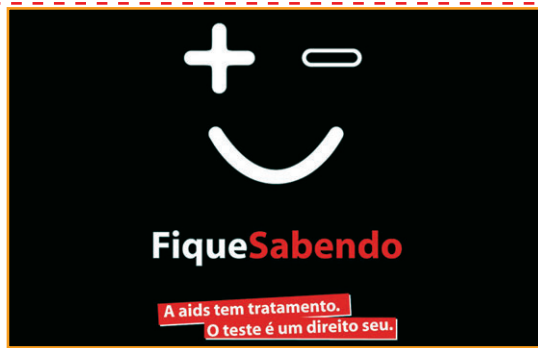
O exame pode ser feito em qualquer um dos 273 Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) distribuídos nos estados ou solicitado nos postos de saúde. No CTA, não é necessário levar o pedido prescrito por um médico. Qualquer pessoa exposta a uma possibilidade de infecção, como manter relações sexuais sem o uso de preservativos ou compartilhar seringas, por exemplo, deve fazer o teste. O resultado é sigiloso. Se o teste der positivo, o portador terá direito aos demais exames, como os que detectam a carga viral e o CD4 (as defesas do organismo).

O MS recomenda o exame três meses após a exposição à situação de risco, período suficiente para que o sistema imunológico possa produzir anticorpos em quantidade que permita serem detectados pelo exame. Durante esse período em que o vírus não é detectado, chamado de janela imunológica, o vírus pode ser transmitido. Por isso, deve-se tomar cuidado redobrado para não expor outras pessoas à contaminação.

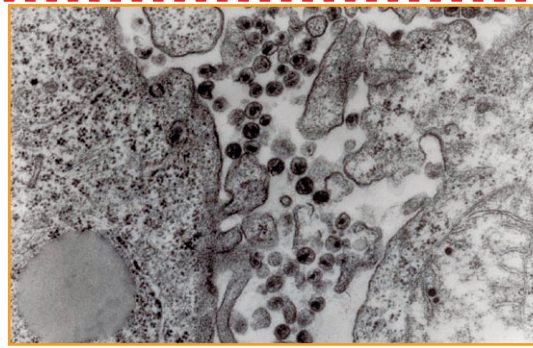
Além do teste voluntário, o exame que detecta o vírus HIV é recomendado às gestantes e obrigatório aos doadores de sangue. Nas mulheres grávidas, o teste faz parte dos exames do pré-natal, que também podem ser feitos na rede pública de saúde. Para os doadores, o teste é feito após a coleta do sangue, em conjunto com outros exames no local da doação (hospitais e hemocentros), e o resultado enviado ao doador posteriormente. É importante que toda pessoa exposta a riscos de contaminação ao vírus HIV não seja voluntário para doar sangue. Para mais informações, ligue para o Disque Saúde. A ligação é gratuita.

Informações

Ministério da Saúde
Disque Saúde – 0800 61 1997
www.saude.gov.br
Programa Nacional de Combate a DST/Aids
Tel: (61) 448-8000
www.aids.gov.br
Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz
Tel: (21) 2598-2425
www.fiocruz.br
Organização Mundial da Saúde (OMS)
Tel: (61) 312-6565
www.who.org
Sociedade Viva Cazuza
Tel: (21) 2551.5368
www.vivacazuza.com.br



CAMPANHA Cartaz que alerta para a doença, e foto do vírus da Aids atacando células do sangue



CIDADANIA ESPECIAL

Ano II – Nº 19 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 1º de março de 2004

Aids: 400 mil infectados ainda não fizeram o teste

Desde que foi descoberta no início dos anos 80, a Aids se espalhou rapidamente pelo mundo causando a morte de 20 milhões de pessoas. Hoje, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), há cerca de 40 milhões com a enfermidade. No Brasil, estimativas do Ministério da Saúde indicam que existem cerca de 600 mil pessoas vivendo com o vírus HIV, causador da doença. Dessas,

400 mil não sabem que são portadores do vírus.

Devido ao longo período de incubação e à ausência de sintomas nesse período, muitas pessoas podem estar infectadas com o HIV sem saber. Além disso, o vírus pode ficar “oculto” no corpo humano por alguns meses, já que sua presença é detectada por meio dos anticorpos liberados pelo organismo para combatê-lo. Esse tempo, chamado de janela imu-

nológica, pode variar em meses.

Com isso, é possível que uma pessoa infectada esteja, involuntariamente, transmitindo a doença, e ainda deixando de fazer o tratamento médico adequado.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba mais sobre a doença e a importância de realizar o teste. Tanto o diagnóstico como o tratamento médico estão disponíveis na rede pública de saúde.

HIV não pode ser eliminado

Aids – É uma doença infecciosa causada pelo vírus HIV (sigla em inglês para vírus da imunodeficiência humana), que ataca o sistema imunológico, responsável pela defesa do corpo contra doenças e agressões biológicas. Com isso, a pessoa infectada se torna vulnerável a várias doenças, incluindo tipos raros de cânceres e outras enfermidades como pneumonia e toxoplasmose.

Transmissão – Somente no sangue, no esperma, na secreção vaginal e no leite materno o vírus da Aids aparece em quantidade suficiente para infectar alguém. Para haver transmissão, o líquido contaminado de uma pessoa tem que penetrar no organismo de outra. Isso pode acontecer na relação sexual, na transfusão de sangue, no momento do parto, durante a amamentação e ao se compartilhar seringas, agulhas e objetos cortantes infectados.

Teste – Um exame detecta a presença de anticorpos produzidos pelo doente para combater o vírus HIV no sangue. Esse teste se cha-



ADVERTÊNCIA Em Brasília, fitas vermelhas simbolizam mortos pelo HIV

ma diagnóstico sorológico. Por isso, o portador também é chamado de soropositivo.

Sintomas – Há um período de incubação até que os sintomas da doença apareçam. De acordo com as estatísticas, mais da metade dos soropositivos apresenta os sintomas da Aids após oito anos de infecção. Os primeiros sinais são fraqueza, febre, emagrecimento e diarreia prolongada sem causa aparente.

Tratamento – Não é possível eliminar o vírus do organismo. Os medicamentos combatem as doenças oportunistas e impedem a

multiplicação do vírus.

Prevenção – Recomenda-se o uso de preservativo (feminino ou masculino) durante a relação sexual, seringas e agulhas descartáveis, o teste prévio no sangue a ser transfundido e o uso de luvas na manipulação de pessoas feridas ou de líquidos potencialmente contaminados.

Fonte: Ministério da Saúde e Fiocruz

Principais direitos do portador

Direito previdenciário – Direito a efetuar o levantamento do FGTS de acordo com o disposto na Lei 7.670/88, independentemente de rescisão contratual ou de comunicação à empresa onde o mesmo trabalha. O paciente de Aids também tem direito de efetuar o levantamento do PIS / Pasep, desde que comprove o saldo de sua conta vinculada inativa e apresentar laudo médico.

Auxílio-doença – Tem direito a receber o auxílio-doença, mesmo que esteja desempregado por período inferior a 12 meses. Não há necessidade de se aguardar nenhum prazo.

Aposentadoria por invalidez – Portador do HIV que tenha desenvolvido qualquer doença incapacitante poderá se aposentar por invalidez.

Auxílio da Previdência – Direito de receber um salário mínimo, a chamada “pensão vitalícia”, desde que comprove ser completamente sem recursos.

Pensão por morte – Pensão por morte para os familiares dependentes corresponde a 50% do que a pessoa recebia pela aposentadoria.

Direitos trabalhistas – Não é permitido exigir o teste de HIV como condição de admissão ou de manutenção do emprego. O empregador também não pode demitir o empregado por ser portador de HIV. Se as faltas ao trabalho forem devidamente justificadas, o portador de HIV não poderá ser despedido, nem durante o tempo que estiver gozando de licença-saúde.

Direitos civis – Segundo o Código de Ética Médica, artigo 102, “é vedado ao médico revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, ou dever legal, permanecendo tal proibição ainda que o fato seja do conhecimento público, ou que o paciente tenha falecido”. Segundo a Resolução 1.401/93, do Conselho Federal de Medicina, as empresas de seguro-saúde, empresas de medicina de grupo, cooperativas de trabalho médico estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde.

Indenização por contaminação – O artigo 159 do Código Civil diz: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar o direito ou causar prejuízos a outrem, fica obrigado a reparar o dano”. Os artigos 1539 e 1540 garantem direito a indenização, tratamento e pensão.

Aborto – O HIV, por si só, não justifica o aborto de acordo com a lei vigente.

Partilha de bens de casais homossexuais – Deve ser ajuizada ação, como se fosse uma dissolução de sociedade comercial. Já há jurisprudência favorável no Brasil, inclusive garantindo aos parceiros gays direito a plano de saúde do companheiro e partilha da herança.

Educação – Creches e estabelecimentos escolares não podem proibir matrícula de crianças ou adolescentes, nem dispensar professores e funcionários portadores de HIV.